

OS MOVIMENTOS SOCIAIS, O GOVERNO PEDRO GONDIM E O GOLPE CIVIL-MILITAR NA PARAÍBA

Paulo Giovanni Antonino Nunes¹

Resumo: Nos momentos que antecederam o golpe civil-militar no Brasil, em 1964, o Estado da Paraíba vivia um momento de grande efervescência política e social; com um governo que apesar de aliado das forças conservadoras do estado tinha práticas próximas do ideário populistas, desenvolvido em nível nacional pelo governo de João Goulart, com vários setores da sociedade civil bastantes mobilizados, e principalmente com um movimento camponês, expresso através das Ligas, com capacidade de mobilização e de confronto com os grandes proprietários rurais. Esta pesquisa, ora em andamento, pretende analisar as tramas políticas que se desenvolveram durante o golpe, a repressão sobre a sociedade civil e a reação desta; bem como a implantação da ditadura militar no referido estado, observando as forças políticas e sociais que participaram desta construção, as que resistiram a elas e a repressão que abateu sobre as mesmas.

Palavras-chave: História Política. Cultura Política. Ditadura Militar.

Abstract: In the moments previous to the military coup in Brazil, in 1964, the State of Paraíba went through a moment of great political and social effervescence; with a government that, besides being allied with conservative forces in the state, had actions similar to populist ideas, developed on National level during João Goulart's government, with several sectors of civil society well mobilized, and specially with peasant movement, expressed by Leagues, with the capacity of mobilizing and confronting important landowners. The text talks about political plots that developed themselves during the military coup in the State of Paraíba, repression over the civil society and the reactions of the latest to the mentioned events.

Keywords: Political History. Political Culture. Military Dictatorship.

INTRODUÇÃO

Segundo Carlos Fico (2004) com o relativo distanciamento do tempo do golpe-civil militar no Brasil velhos mitos e estereótipos estão sendo quebrados, devido tanto a pesquisa histórica factual de perfil profissional quanto a um ‘desprendimento político’ que permite que tabus e ícones da esquerda sejam contestados sem que tais críticas sejam classificadas de ‘reacionárias’. Assim, segundo o referido autor, determinadas temáticas começam a ser abordadas, tais como: o pequeno apreço dos principais atores históricos do período do golpe de 64 pela democracia, inclusive a esquerda; o ‘deslocamento de sentido’, operado sobretudo após a Campanha da Anistia, relativo às esquerdas revolucionárias que foram para a luta armada, outrora apresentadas como integrantes da resistência democrática; o perfil vacilante e

¹ Professor do Departamento de História, da UFPB, Campus I, João Pessoa.

o possível golpismo de João Goulart, diferentemente do mito do presidente reformista vitimado pelos reacionários. Também os clichês sobre o golpe de 64, os militares e o regime vão sendo deixados de lado, como a idéia de que só após 1968 houve tortura e censura; a suposição de que os oficiais-generais não tinha responsabilidades pela tortura e o assassinato político; a impressão de que as diversas instancias da repressão formavam um todo homogêneo e articulado; a classificação simplista dos militares em ‘duros’ ou ‘moderados’ etc. Enfim, segundo Fico (2004:30), “Por tudo isso, podemos falar de uma nova fase de produção históricas sobre o período”.

1 A ATUAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA PARAÍBA NA CONJUNTURA PRÉ-1964

O final do período populista na Paraíba foi marcado por mobilizações dos trabalhadores urbanos e rurais. A intensificação da urbanização, com o avanço do capitalismo no campo, propicia o surgimento de práticas populistas.

Na época, o movimento sindical urbano na Paraíba era ainda muito incipiente, limitado às reivindicações corporativas, sem se envolver, ainda, nas questões políticas, como era próprio do movimento sindical desse período, em outras regiões do país. Apenas o setor bancário tinha uma atuação mais politizada e passou a desempenhar um papel de liderança dentro da classe trabalhadora urbana. Posteriormente, também os Sindicatos de Fiação e Tecelagem de Rio Tinto e Santa Rita passam a ter uma atuação mais combativa.

Na década de 1960, foi criado, a partir da atuação de vários presidentes de sindicatos, a Comissão Intersindical (COSINTRA), voltada para as reivindicações básicas dos trabalhadores. A partir desta entidade sindical, foi criado o núcleo local do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), que passou a acompanhar e dar apoio aos diversos movimentos reivindicatórios e grevistas surgidos no período. Também foi criado o Pacto de Unidade e Ação, tendo como base os sindicatos dos portuários e ferroviários de Cabedelo. Além desse avanço do movimento sindical, outras entidades da sociedade civil passaram a atuar de forma mais reivindicativa, principalmente o movimento estudantil secundarista e universitário, e a Associação Paraibana de Imprensa (API). Esta, a partir do momento que passou a ter uma direção mais progressista, sob a presidência de Adalberto Barreto (CITTADINO, 1998:75 e segs.). Outro campo de atuação importante das forças nacionalistas e de esquerda foi a Campanha de Educação Popular (CEPLAR), fundada em 1961, com o objetivo de, inspirada no método Paulo Freire, promover atividades de educação/conscientização junto às camadas

populares. Inicialmente, atuou na cidade de João Pessoa e, posteriormente, expandiu-se para outras cidades do interior do Estado. Foi fundada por estudantes e profissionais da área de educação e assistentes sociais ligadas à JUC (Juventude Universitária Católica). No seu Conselho Deliberativo, estavam representados o movimento sindical, o estudantil, a Igreja Católica, a API, dentre outras entidades. Os comunistas também participam diretamente, principalmente, o teatrólogo Paulo Pontes, que produziu peças, músicas e folhetos para suas atividades (PORTO;LAGE, 1994:36;163 e segs.). Porém, apesar do avanço do movimento sindical e popular, quem irá dar o tom das manifestações populares deste período é o movimento camponês, através das Ligas Camponesas.

A “paz agrária” no campo paraibano era garantida pelo jogo entre o Grupo da Várzea, composto, principalmente, pelas famílias Ribeiro Coutinho e Veloso Borges, e pelo Estado, e fundamentava-se na exploração máxima do campesinato. Era possível detectar a relação entre dono da terra e o Estado, este, representado na zona de latifúndio pela força policial sob o comando do delegado. A autoridade, civil ou militar, embora juridicamente designada para garantir a ordem pública, estava a serviço de um dos grupos oligárquicos no poder. O Grupo da Várzea conseguia manter a dominação oligárquica, legitimando o poder político do Estado através do curral eleitoral e do voto de “cabresto”.

A questão agrária na Paraíba só passou a ser questionada no final da década de 1950, com as mudanças profundas ocorridas nas relações de produção no interior do sistema latifundiário, que culminaram com a expropriação definitiva do camponês e a sua conseqüente expulsão da terra. Neste momento, os camponeses começaram a resistir, com a criação das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais.

A origem das Ligas Camponesas na Paraíba está ligada ao rompimento da luta camponesa com o localismo paroquial e o conseqüente questionamento da estrutura de dominação, representada pelo atrelamento do aparelho governamental ao grupo da Várzea e a própria mobilização dos trabalhadores, através de congressos, e da influência das lutas de Pernambuco (BENEVIDES, 1985:32 e segs.). A primeira Associação dos Trabalhadores Agrícolas da Paraíba, criada em 1958, e que ficou conhecida como Liga de Sapé, era bastante parecida com a Liga da Galiléia, que deu origem à luta social agrária, apesar de diferenças no modelo organizacional. A Liga de Sapé, a exemplo da Liga do engenho Galiléia de Pernambuco, procurou desvincular-se da identificação com o comunismo, não adotando o nome de Liga e convidando um pequeno proprietário para ser seu presidente, apesar da direção real do movimento estar nas mãos do líder camponês João Pedro Teixeira.

As Ligas espalharam-se rapidamente por várias cidades do Estado, atingindo um total de 15 entidades, com cerca de quarenta mil sócios. A Liga de Sapé foi a maior do Brasil, chegando a contar com 13.000 membros, seguida pela de Mamanguape, com 10.000, apesar de toda repressão do bloco agroindustrial. Começaram a ser estabelecidas relações entre o campesinato paraibano e o mundo urbano da Capital, passando as Ligas a receberem apoio de parte da imprensa, de parlamentares progressistas, da Frente de Mobilização Popular, do Centro de Educação Popular (CEPLAR), de segmentos da Igreja, de estudantes, das esquerdas e até de elementos liberais da classe média. A divergência interna presente no movimento em Pernambuco, entre os seguidores de Francisco Julião e os do PCB, também se fazia presente na Paraíba. As Ligas na Paraíba se dividiam entre a liderança dos “julianistas”, Elizabeth Teixeira e Antônio Dantas, e dos militantes do PCB. Mas o PCB era majoritário na Paraíba, o que facilitou a tese de adesão à sindicalização no campo, defendida por este Partido.

A criação das Ligas Camponesas na Paraíba gerou uma violenta reação de parte dos grandes proprietários. Não satisfeitos com a “petulância” dos camponeses, que ousavam se organizar para lutar por seus direitos, reagiram de forma mais violenta do que a usual no trato com os camponeses, usando a repressão e a violência contra as manifestações. Os latifundiários usaram dois métodos para intimidar os camponeses. Apelaram tanto para argumentos “sutis” de persuasão, tais como: a ameaça de expulsão das terras; de agressões e de morte; cooptação de lideranças e sua transferência para outras regiões; intimidação através da realização de manobras militares em áreas de conflito, como para o uso da violência efetiva, sob diversas formas: espancamentos, invasão e destruição das residências, prisões irregulares e, por fim, assassinatos de lideranças. Também, tornou-se comum a criação de milícias particulares, fortemente armadas, no interior das propriedades, em áreas socialmente críticas.

A escalada da violência teve início no Engenho Miriri, localizado entre os municípios de Sapé e Mamanguape, após um conflito entre membros da Liga e proprietários, que resultou na morte do líder camponês Alfredo Nascimento. Em seguida, houve o assassinato do líder da Liga de Sapé, João Pedro Teixeira (Aued, 1986:27 e 50). Este crime teve repercussão a nível nacional. Foi acusado de mandante do crime o senhor Aguinaldo Veloso Borges, sexto suplente de deputado estadual, que, após uma manobra promovida pelo deputado Joacil Pereira de Brito, na Assembléia Legislativa, assumiu o mandato e passou a gozar de imunidade parlamentar.²

² A Coligação Nacionalista Libertadora (UND e PL) elegeu onze deputados estaduais na eleição de 3 de outubro de 1958. Destes, um licenciou-se, dando lugar a que os cinco primeiros suplentes assumissem e, em seguida,

Foram registrados vários casos de espancamentos e mortes de lideranças das Ligas e camponeses a elas ligados. Em diversos momentos, os camponeses reagem às agressões recebidas, desencadeando um processo de enfrentamento que culminou com a ocorrência de vítimas, tanto entre os camponeses, quanto entre as milícias dos proprietários, como foi o caso do confronto que ficou conhecido como “Chacina de Mari”.³ Estas violências chegaram ao auge após o Golpe de 1964, que resultou no total desmantelamento do movimento camponês.

1.2 O GOVERNO PEDRO GONDIM E GOLPE CIVIL-MILITAR NA PARAÍBA

O governo de Pedro Gondim, iniciado de forma interina em 1958 e depois continuado através de eleições em 1960, representou o auge do populismo na Paraíba.

Durante o período inicial de seu segundo governo (1961-1965), Pedro Gondim permaneceu fiel aos princípios populistas, pelos quais foi eleito. Frente à crescente mobilização camponesa, no início dos anos sessenta, manteve uma posição de tolerância e compreensão, sem chegar a estimular ou apoiar às ações mais radicais. Também se percebe, nos seus pronunciamentos sobre a questão agrária no Nordeste, uma identificação com as reivindicações dos trabalhadores rurais, por ele consideradas legítimas, e de condenação da estrutura agrária então vigente.

Diante dos conflitos mais sérios envolvendo camponeses e proprietários, a atitude inicial de Gondim pautava-se na concepção de legitimidade das Ligas e, assim, caracterizava-se pela não aceitação do uso da repressão e da violência contra o movimento. Ao não aceitar o uso da violência contra as manifestações dos camponeses, o Governo procura adotar a difícil posição de relativa imparcialidade, esperando que a resolução dos conflitos se desse através de medidas judiciais, ou seja, pelo respeito às leis. Porém, em um momento de violenta efervescência social, manter uma postura desse tipo significava, no mínimo, deixar no abandono aqueles que, no momento, eram mais frágeis, no caso, os camponeses, principalmente, levando-se em conta que, no Estado da Paraíba, a justiça ainda era

entrassem de licença, até que chegou a vez dos sexto suplente, Aguinaldo Veloso Borges assumir. A trama ficou evidenciada pela Ata da Assembléia Legislativa do Estado do dia 11 de abril de 1962: “Expediente Requerimentos:

Do Deputado Clóvis Bezerra requerendo 31 dias de licença para tratamento de saúde. Do Deputado Flaviano Ribeiro, no mesmo sentido.

O Sr. Presidente informa que está na ante-sala desta Assembléia o Suplente Aguinaldo Veloso que foi convocado por esta Assembléia e vem assumir o mandato”. (apud BENEVIDES, op., cit.,1985:99).

³ Conflito entre um administrador de fazenda, vigias e policiais arrebanhados de um posto policial de Santa Rita, e camponeses, que resultou em oito mortos, entre as quais o administrador da Usina São João e o presidente da Liga Camponesa de Mari, Antônio Galdino.

amplamente controlada pelos representantes da classe dominante. Essa posição de Gondim, se, por um lado, evitou que, durante a primeira metade de sua administração, fosse usada a repressão policial contra os camponeses, por outro, não impediu o uso da violência dos proprietários contra os camponeses. Mas, essa posição do Governo do Estado, de respeito às leis, significava um avanço dentro de uma sociedade em que nem esse elemento básico de regulamentação das relações sociais era respeitado pelos grupos dominantes. Além disso, significava também a garantia da manutenção de um mínimo de espaço de expressão para as vozes discordantes.

Essa postura do governo de Gondim, de procurar manter-se como árbitro entre as classes em conflito, era um reflexo da composição populista que o elegeu. Pois ele se encontrava encurralado entre a crescente pressão dos trabalhadores rurais e das forças de esquerda, grupos com os quais mantinha vínculos desde a campanha, e os compromissos com os grupos agrários tradicionais do Estado, com os quais se aliou para se eleger. Assim, sua margem de conciliação era muito reduzida. A dificuldade de atingir um ponto de equilíbrio reflete-se nas respostas dadas pelos seus interlocutores, tanto os grupos de esquerda, quanto os grupos agrários, que ora o aplaudem, ora o criticam. Porém, mesmo o governo Gondim tendo uma atitude dúbia e omissa com relação aos conflitos no campo, ele, na necessidade de atrair as esquerdas, deu amplos espaços aos segmentos vinculados a estas forças. Dessa forma, Gondim sempre deixou clara a sua posição de vinculação às teses reformistas, defendidas por esses grupos. Defendeu as reformas de base, dentre as quais a reforma agrária, apesar de ter tido poucas ações práticas no sentido de realizá-las. Também se incorporou ao movimento pela legalidade, no sentido de garantir a posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros, e defendeu a volta do presidencialismo no plebiscito de 1963. Também procurou imprimir uma nova feição ao Estado – de acordo com os princípios reformistas e do nacional-desenvolvimentismo, dos qual era defensor – através da tecnificação do aparelho de Estado e da industrialização.

No final de 1963, as crescentes mobilizações dos setores reformistas e de esquerda levaram a uma ruptura com o populismo “gondinista”. Três acontecimentos levaram a um afastamento entre as forças populares e de esquerda e o governo Gondim. Primeiro, uma manifestação de estudantes secundaristas e universitários contra o desrespeito à lei da meia passagem, que foi reprimida pela polícia; segundo, a tragédia de Mari, e por fim, a invasão da Faculdade de Direito⁴. Estas ocorrências são um marco decisivo do esgotamento

⁴ Segundo cobertura da imprensa na época, a invasão foi liderada pelo deputado Joacil Pereira de Brito e pelo estudante Marcus Odilon Ribeiro Coutinho, com o objetivo de desalojar da Faculdade estudantes que

“gondinista”, que se consubstancia no afastamento do governador das forças populares e de esquerda do Estado e no seu aprisionamento absoluto às classes conservadoras.

Esta posição do governo Gondim deve ser analisada, tendo-se em vista a composição populista que o elegeu, assim como a sua disposição em governar no centro dessa política populista. Pois, por um lado, ele foi eleito com o apoio da UDN, partido de feições conservadoras, que, naquela conjuntura, não tinha como suplantar sua popularidade e terminou apelando para uma aliança, como forma de chegar ao poder. E como Gondim, após sair do PSD, não dispunha de uma máquina partidária capaz de assegurar sua vitória, aceita o apoio udenista. Mas, mesmo contando com o apoio da UDN, Gondim não poderia prescindir do apoio das forças populares e de esquerda, que se tornaram a base de sua campanha e que desempenharam um papel significativo na fase inicial de seu governo. Assim, dentro desse pacto populista, ele fica contido entre duas forças antagônicas que, progressivamente, reforçam a pressão sobre ele, tornando a manutenção do pacto impossível, o que leva à sua ruptura e a uma tomada de posição favorável às forças conservadoras.

A guinada do governo, no sentido de sua vinculação definitiva com os grupos conservadores, já se mostra nas conseqüências do episódio de Mari, onde o Governador, além da medida de praxe representada pela abertura de um inquérito para identificação dos culpados, procede à montagem de um forte esquema de repressão aos camponeses, enviando para os locais de maior tensão um forte aparato policial comandado pelo coronel Luiz de Barros⁵. O governo também fez alterações no aparato policial, tentando reforçar a comunhão que se estabeleceu entre o Governo do Estado e os representantes das Forças Armadas no Estado, após os desdobramentos dos conflitos de Mari e da Faculdade de Direito, e não permite qualquer tentativa de realização de manifestações contestatórias em João Pessoa e em outras localidades. Estas mudanças de postura do governo Gondim são claros indicativos do novo direcionamento político adotado pelo governo. Muito mais do que apenas o reforço das vinculações com as classes conservadoras, o que se percebe, a partir desse posicionamento do governador, é o estabelecimento, anteriormente ao 31 de março, de uma franca sintonia do Governo do Estado com os interesses e com o pensamento das Forças Armadas.

protestavam contra a vinda do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, à Paraíba. In: “Grupo anti-lacerdista promoveu, sem motivo, desordens em João Pessoa, *Diário de Pernambuco*, 05 de março de 1964. (apud RODRIGUES, Cláudio José Lopes. *Alienados e Subversivos*. A Aventura Estudantil (1950-1999). João Pessoa: Idéia, 2000:15). O ex-deputado Joacil de Brito Pereira nega que tenha invadido a Faculdade. Ver, BRITO, Joacil de. Eu não invadi a Faculdade. In GUEDES, Nonato. et al. (Orgs). *O jogo da verdade*. Revolução de 64 30 anos depois. João Pessoa: A União, 1994: 273- 275.

⁵ Um dos mais temidos repressores dos movimentos sociais da Paraíba, posteriormente, durante o regime militar, foi eleito deputado estadual.

Enquanto Pedro Gondim se aproximava das forças golpistas, dava-se, ao mesmo tempo, um avanço das forças de direita no sentido de conspiração e de sua organização e reação contra as mobilizações das forças de esquerda, ocorridas antes de 1964. Os proprietários rurais organizaram-se na Associação dos Proprietários da Paraíba (APRA), que ficou conhecida como LILA (Liga dos Proprietários). Esta entidade exercia uma atividade paramilitar, voltada para a defesa das suas propriedades privadas.

A articulação do golpe de 64 na Paraíba contou com a participação conjunta dos setores civis e militares, membros da UDN, do PSD e jornalistas. Nada indica que o Governo do Estado tenha tido alguma participação na conspiração golpista, apesar da sintonia de interesses e de ação que já vinha se manifestando entre o governador e a guarnição federal da Paraíba. O mais provável, é que ele tenha sido tomado de surpresa. Além disso, também não tinha uma posição definida, nem tampouco homogênea, a ser assumida. Pois parte do seu secretariado defendia o rompimento com o Governo Federal e a adesão imediata ao golpe; e outra parte pretendia a adoção de uma posição em apoio a João Goulart.

No dia do golpe, Gondim sofreu pressão dos militares para aderir, contudo só tomou sua posição no dia seguinte, com a chegada do líder do governo à Assembléia, Antônio Vital do Rêgo. A partir deste momento, percebendo a irreversibilidade do movimento militar, a fragilidade das forças “janguistas” e, principalmente, a importância do momento para sua sobrevivência política, Pedro Gondim elabora uma nota de apoio ao movimento golpista. Esta decisão garantiu-lhe não apenas a sua permanência à frente do Governo do Estado, como a preservação de sua liberdade, pois, se a decisão tivesse sido outra, ele, provavelmente, teria sido deposto e preso. A partir daí, a adesão de Gondim à “revolução” se dará de forma absoluta e inquestionável (CITADDINO, 1998:100 e segs.).

O golpe militar também tomou de surpresa as forças de esquerda da Paraíba. Na noite de 31 de março, após as notícias da eclosão do golpe, chegou a ser iniciado um comício no bairro de Cruz das Armas, promovido por entidades ligadas à esquerda – Partido Comunista, CGT, Pacto de Unidade e Ação e Federação das Ligas Camponesas – que foi dissolvido pelas tropas federais. Outra tentativa de reação se deu na cidade de Rio Tinto, onde camponeses e operários, através do sindicato e das Ligas Camponesas e contando com o apoio do prefeito, tomaram a fábrica de tecidos, paralisando suas atividades e isolando os pontos estratégicos da cidade com arame farpado. Mas a Polícia Militar reprimiu o movimento e prendeu o prefeito. Em Sousa, o prefeito Antônio Mariz realizou um comício em praça pública e também foi preso. Em Campina Grande, o prefeito Newton Rique deu declarações dizendo-se contrário ao golpe, sendo depois cassado. A partir daí, as forças golpistas dominaram totalmente a

situação. A API foi invadida pelo Exército; a CEPLAR também foi invadida por civis engajados no golpe. Foram registradas 178 prisões efetuadas no setor urbano e 172 prisões de trabalhadores rurais e camponeses. Houve o aniquilamento das Ligas Camponesas. A repressão no meio rural, além de ser feita pela Polícia Militar e pelo Exército, contou com a colaboração de capangas e das milícias particulares dos proprietários rurais. A sociedade civil com um todo apoiou o golpe militar. Os jornais publicaram notas de apoio às Forças Armadas, de vários sindicatos e associações. A Assembléia Legislativa, através de seu presidente Clóvis Bezerra (UDN) apóia de imediato o golpe e a Câmara Municipal de João Pessoa, também. Ambas as casas legislativas, antecipando-se às determinações estabelecidas pelo Governo Federal através do AI-1, procederam à cassação dos mandatos de parlamentares supostamente envolvidos com atividades e ideologias consideradas subversivas. A Assembléia Legislativa, através de projeto do deputado Joacil de Brito Pereira, cassou inicialmente o deputado Assis Lemos e os suplentes Figueiredo Agra e Agassiz Almeida. E a Câmara de João Pessoa cassou o mandato do vereador Antônio Augusto Arroxelas e dos suplentes, José da Silva Gomes, conhecido como Zé Moscou, e Leonardo Leal. O setor estudantil também foi muito perseguido. As direções das entidades estudantis, tanto secundaristas como universitárias, sofreram intervenções. Também houve perseguição a professores universitários e expurgos no aparelho estatal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A política paraibana caracteriza-se pela permanência das elites no poder. Mesmo quando ocorreram mudanças no sistema político, boa parte desses setores conseguem se adequar ao novo regime que se implanta. Outra característica da política paraibana é a dependência das benesses do Estado para que lideranças políticas se mantenham no topo do poder. Geralmente, o político que não detém o controle da máquina estatal, tende a cair no ostracismo. Contudo, esta relação entre o controle da máquina e vitórias eleitorais não se estabeleceu de forma mecânica, pois, em alguns momentos, a máquina também sofreu derrotas. Eventuais êxitos das oposições paraibanas não significaram alterações substanciais na estrutura de poder na Paraíba, porque, na maioria das vezes, essas oposições eram apenas dissidências intra-elites. Sendo que o monopólio do poder pelas elites provenientes da Revolução de 1930, só encontrou um desafio mais sério no início dos anos 60, quando estas elites precisaram recorrer à força das armas para conterem segmentos populistas que tendiam para posições esquerdistas (MELLO, 2001: 121).

Porém, mesmo que a supremacia do Estado sobre a sociedade civil seja uma das principais características da estrutura de poder na Paraíba, não significa que esta seja algo amorfa, em todas as fases da história paraibana. Pois, apesar da repressão do aparato estatal, ela manifestou-se e chegou a contestar de forma veemente o sistema, como nos momentos que antecederam o golpe militar de 1964. Neste momento, no âmbito da sociedade civil, se destacaram na luta por transformações sociais no Estado da Paraíba, entre outros, a Associação Paraibana de Imprensa (API), o movimento sindical, o movimento estudantil e, principalmente, o movimento camponês, através das Ligas Camponesas.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- AUED, Bernadete W. **A Vitória dos Vencidos**. Partido Comunista Brasileiro – PCB e Ligas Camponesas (1955-64). Florianópolis: Universitária/UFSC, 1986.
- BARBOSA, João Batista. **Santa Cruz e o Jornal do Povo**. Uma Contribuição à História das Lutas Sociais na Paraíba. João Pessoa: Gráfica Santa Marta, 1985.
- BENEVIDES, Cezar, **Camponeses em Marcha**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- BLONDEL, Jean. **As Condições da Vida Política no Estado da Paraíba**. João Pessoa: Assembléia Legislativa/Instituto de Estudos Políticos e Sócios Ulisses Guimarães, 1994.
- CITTADINO, Monique. **Populismo e Golpe de Estado na Paraíba**. (1945/1964). João Pessoa: Universitária/UFPB/Idéias, 1998.
- CITTADINO, Monique. A Política Paraibana e o Estado Autoritário (1954-1964). In: **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999, p. 111-137.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH, vol 24, N. 47, 2004, p. 29-60.
- GURJÃO, Eliete de Queiroz. A Paraíba Republicana (1889-1945). In: **Estrutura de Poder na Paraíba**. João Pessoa: Universitária/UFPB, 1999, p. 53-95.
- MELO, José Octávio de Arruda. **O Problema do Estado na Paraíba: Da Formação à Crise**. (1930-1996). Campina Grande: EDUEP, 2000.
- MELO, José Octávio de Arruda. **Sociedade e Poder Político no Nordeste**. O Caso da Paraíba (1945-1964). João Pessoa: Universitária/UFPB, 2001.
- PORTO, Maria das Dores Paiva de Oliveira.; LAGE, Iveline Lucena da Costa. **CEPLAR**. História de um Sonho Coletivo. João Pessoa: Secretária de Educação e Cultura, 1994.